



VI CONGRESO ALAP
Lima - Perú
12 a 15 de Agosto de 2014



VI Congreso ALAP

Dinámica de población y desarrollo sostenible con equidad

VULNERABILIDADE DOS ARRANJOS DOMICILIARES: UMA ANÁLISE DA VULNERABILIDADE DOS ARRANJOS DOMICILIARES A PARTIR DOS RENDIMENTOS

André Spuri Garcia; Victor Maia Senna Delgado

Etapa 3

VULNERABILIDADE DOS ARRANJOS DOMICILIARES: UMA ANÁLISE DA VULNERABILIDADE DOS ARRANJOS DOMICILIARES A PARTIR DOS RENDIMENTOS.¹

André Spuri Garcia²
Victor Maia Senna Delgado³

RESUMO

Ao longo dos anos a configuração das famílias passou por modificações importantes devido a fatores demográficos, socioeconômicos, entre outros. Conhecer e compreender cada tipo de arranjo domiciliar é de importância notória para garantir a eficiência e a auxiliar a elaboração de políticas públicas. O objetivo do presente estudo é analisar, a partir dos dados da PNAD 2011, quais são os arranjos domiciliares existentes no Brasil e qual tipo de arranjo domiciliar possui maior probabilidade de ser vulnerável, dadas algumas características do domicílio e de seus integrantes. O modelo de regressão logística foi empregado para estimar a probabilidade de o domicílio ser pobre ou não. Os resultados demonstram uma diminuição no número de domicílios do tipo casal com filhos e um aumento nos domicílios do tipo unipessoal e casal sem filhos. Os coeficientes estimados através do modelo de regressão logística demonstram que diferentes características do domicílio e de seus integrantes representam maior ou menor probabilidade de o domicílio ser pobre. As maiores chances de ser pobre estão associadas ao arranjo monoparental feminino, ao chefe de família não branco, ao chefe de família com menos anos de estudo e mais jovem, à domicílios localizados no nordeste e em zona rural, entre outros. Conclui-se que as famílias estão menores e que o arranjo monoparental feminino é o mais vulnerável.

Palavras-chave: família, arranjos domiciliares, vulnerabilidade

¹ Trabajo presentado en el VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado en Lima- Perú, del 12 al 15 de agosto de 2014

² Universidade Federal de Ouro Preto - andrespurigarcia@gmail.com

³ Universidade Federal de Ouro Preto - vic_senn@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Ao examinar a tendência mundial ao longo dos anos pode-se observar que a composição das famílias e dos domicílios tem se alterado. Apesar de alguns arranjos tradicionais ainda serem predominantes há uma gama de novos arranjos domiciliares que tem se constituído por fatores geográficos, socioeconômicos, culturais, jurídicos e demográficos.

Este tema notabiliza uma alta quantidade de estudos, principalmente entre demógrafos, que buscam compreender e analisar o cerne destas mudanças. Os estudos procuram demonstrar de forma sucinta os diversos fatores que contribuem para as mudanças dos arranjos.

Conhecer os arranjos domiciliares e pensar em políticas públicas que aumentem o bem estar e diminuam os riscos destes é altamente relevante. Vive-se um período em que políticas públicas de transferência de renda e assistência social se tornaram comum e são uma exigência social. Conhecer as necessidades e a vulnerabilidade de cada arranjo domiciliar se faz necessário para que as políticas públicas sejam eficientes. A quantia gasta com essas políticas é significativa e, por se tratar de arrecadação pública, deve ser gasta de forma eficiente.

Além do lado financeiro das políticas de distribuição de renda, é necessário conhecer e entender que os arranjos domiciliares podem ser vulneráveis não apenas no âmbito financeiro. Uma família pode estar financeiramente bem e apresentar algumas vulnerabilidades implícitas. Uma família formada por avós e netos menores de 14 anos, por exemplo, apresenta vulnerabilidade já que os avós podem falecer ou sofrer com problemas de saúde e os netos, incapacitados de trabalhar, ficarem em uma situação difícil.

Um chefe de família que possui poucos anos de estudo pode, de repente, encontrar-se desempregado e demorar um tempo demasiado alto, haja vista as atuais exigências do mercado, para conseguir um novo emprego remunerado.

Portanto, é prudente imaginar que cada arranjo é afetado de forma única pelos distintos imprevistos. Uma crise econômica, o óbito de um membro da família, por exemplo, atinge com maior ou menor grau de prejuízo os diferentes arranjos. A composição do domicílio pode fornecer menor ou maior tranquilidade diante de determinados imprevistos.

O presente estudo apresenta uma revisão da literatura que contempla primeiramente a discussão existente sobre o significado do termo família. Em seguida, são apresentados alguns estudos com o intuito de contextualizar o tema, estudos que tratam da mudança na composição dos arranjos domiciliares no cenário mundial e, em seguida, uma revisão da literatura que trata das diferentes formas de entender a vulnerabilidade dos arranjos domiciliares.

O objetivo do estudo é tipificar quais os arranjos domiciliares existentes no Brasil, a partir da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) de 2011, e através de algumas características do domicílio, do chefe e dos demais membros da família, demonstrar quais são os arranjos domiciliares mais vulneráveis. A vulnerabilidade é tratada como probabilidade do arranjo domiciliar ser pobre, pois pobreza está diretamente ligada às vulnerabilidades citadas acima. Características do chefe e dos demais membros como, sexo, raça, idade, entre outras,

afetam a probabilidade do arranjo domiciliar ser pobre. Através dos resultados, pretende-se dar contribuição para futuros estudos, procedimentos de gestão e elaboração de políticas públicas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Família

A literatura sobre o tema família é bastante extensa e diversificada. O termo família é subjetivo e incorpora, em seu âmago, diferentes definições, ou seja, é polissêmico. Existem definições técnicas de centros de pesquisa como, por exemplo, o IBGE, definições demográficas, sociológicas, biológicas, judiciais, etc. Essa extensa gama possível para definir família é um diferencial de estudos intradisciplinares e interdisciplinares das diversas áreas da ciência. O pesquisador deve considerar a definição de família sobre a ótica que melhor corrobora com sua temática de estudo.

Medeiros e Osório (2001), por exemplo, citam em seu estudo as diferentes acepções que o termo família pode incorporar, conformando-se, assim, que não existe uma definição exata para tal termo. Os autores usam uma definição própria para família, definição esta que não considera família como o conjunto de pessoas que vivem no mesmo domicílio, ou seja, coabitam. A família, segundo estes, é algo que extrapola o conceito de coabitação uma vez que, mesmo existindo uma formal separação territorial, os membros de uma família continuam ligados por diversos tipos de relações tais como, afetiva e econômica, mantendo uma convivência considerável.

Existe um número vasto de estudos que se preocupam em entender a família como um mecanismo de proteção social. Observando por essa ótica, a família é, na essência, uma instituição. É uma estratégia de sobrevivência. A família possui um orçamento comum, que é a soma dos rendimentos dos membros, que é alocado de maneira a fornecer o melhor para todos os membros.

Segundo Medeiros (2001), a família e o Estado são organizações que atuam quando as relações de trocas mercantis não são suficientes para coordenar as atividades de produção. Além disso, pode-se considerar que a família e o Estado são organizações sem as quais o capitalismo não seria institucionalizado (OFFE,1990).

Esta forma de entender a família tem sido discutida. Antes da década 60, as famílias eram maiores e a característica de família protetora era mais notória. A quantidade de filhos era maior e o papel dos filhos mais velhos era cuidar dos mais novos. Era algo empiricamente comprovado. Com a queda do número de filhos e outras mudanças em sua estrutura, a família como instituição protetora passou a ser discutida.

Para Becker (1991) existe uma racionalidade econômica na formação de uma família e do número de filhos. Segundo essa visão, a formação familiar gera ganhos de escala e é a maneira mais eficiente para a criação dos filhos, ou seja, a família é vista como uma unidade econômica com objetivo de criação dos filhos e geração de proteção e outros bens familiares.

A Organização das Nações Unidas (ONU) elaborou, em 1998, um documento com o objetivo

de criar um parâmetro mundial de classificação e definição desses termos. Este documento é chamado “*Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses*”. Na definição da ONU, família deve apresentar no mínimo dois membros que guardem algum tipo de relação de parentesco, adoção ou casamento, considerando o espaço do domicílio. Segundo a ONU (1998), domicílios unipessoais e multipessoais, sem laços de parentesco entre os residentes, são considerados domicílios resididos por não famílias. (CARVALHO, 2010)

A definição de família é tratada de forma diferente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nos censos de 1991 e 2000, a família é definida como “um conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência que moram no mesmo domicílio. Também constitui uma família a pessoa sozinha que mora em domicílio particular ou ainda um conjunto de, no máximo, cinco pessoas que moram em domicílios particulares, embora não estejam ligadas por laços de parentesco e/ou dependência doméstica”.

Em síntese, a definição de família tem estreita correlação com a temática do pesquisador. Em estudos demográficos e econômicos, por exemplo, a família é tratada como o grupo de pessoas residentes em um mesmo domicílio. É assim tratada, muitas vezes, nestes tipos de estudos, pois os dados utilizados são pautados em pesquisas domiciliares como PNAD e Censos Demográficos.

Arranjos Domiciliares

Arranjos domiciliares são os diferentes tipos de organização familiar que podem existir em um determinado domicílio. Por organização familiar entende-se, neste trabalho, a combinação de pessoas, parentes ou não parentes, residentes em um mesmo domicílio. É um assunto que celebra grande número de estudos com os mais distintos objetivos.

Segundo Medeiros e Osório, “por composição dos arranjos entende-se a combinação de pessoas classificadas segundo diferentes categorias de parentesco (inclusive não parentes) em grupos e/ou subgrupos de residentes em uma determinada unidade domiciliar” (Medeiros e Osório 2001:5).

Os arranjos domiciliares passaram por transformações nas últimas décadas. Diversos fatores contribuíram para a ocorrência destas transformações. Fatores biológicos, econômicos, demográficos, culturais, judiciais, entre outros, são alguns dos que possuem ligação direta ou indireta com essas transformações.

Segundo Wajnman *et al*, “a composição dos arranjos domiciliares brasileiros vem se modificando ao longo dos anos, como decorrência tanto de fatores demográficos quanto dos socioeconômicos.” (Wajnman *et al*, 2006: 427).

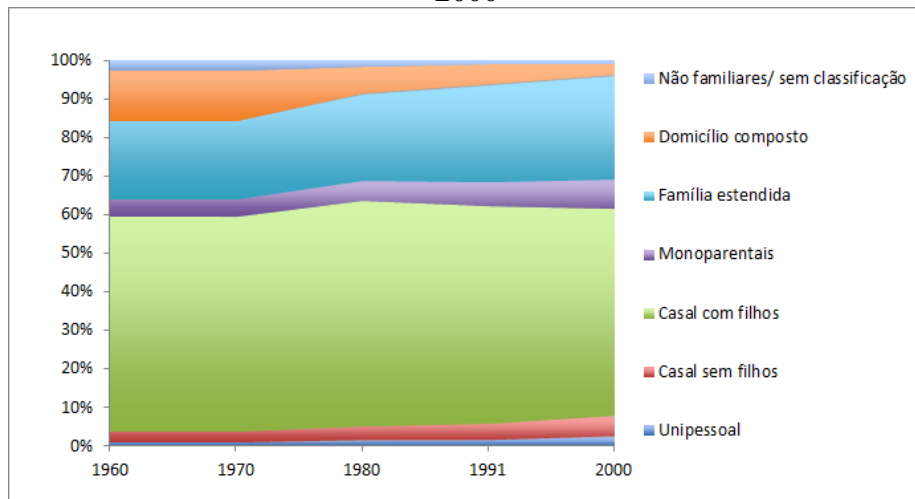
De um lado, a queda da fecundidade, o aumento da frequência de divórcios e a sobrevivência masculina – que leva, com o envelhecimento populacional, ao aumento da viuvez feminina – estão entre os fenômenos sociodemográficos que diretamente afetam a composição das famílias, diminuindo o seu tamanho, reduzindo o número de crianças, elevando a idade média e aumentando a proporção de domicílios unipessoais, sobretudo femininos. (Wajnman *et al*, 2006: 427)

A condição socioeconômica está diretamente ligada as escolhas dos indivíduos no que se

refere a coabitação e decisão de formar família, afetando, assim, a saída dos filhos da casa dos pais, a decisão de coabitação de filho e neto com os mais idosos.

O estudo de Wajnman (2012) sobre a demografia das famílias e dos domicílios brasileiros é destaque na literatura nacional sobre o tema. A autora destaca, em um dos capítulos de sua tese, como os arranjos domiciliares se alteraram a partir dos anos 60.

Gráfico 1 - Classificação da população segundo dos tipos de domicílios – Brasil, 1960 a 2000

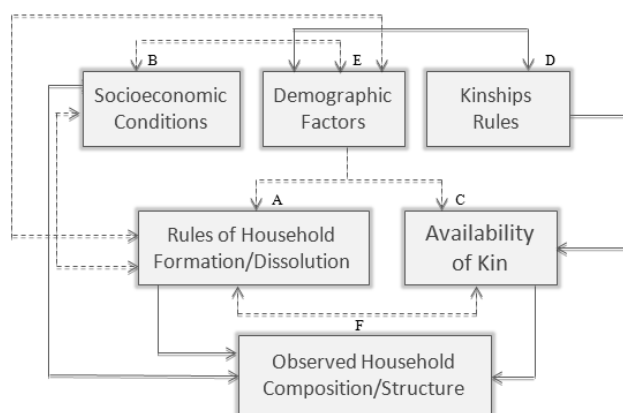


Fonte: Wajnman, 2012

Como demonstra o gráfico, as mudanças não foram radicais. A família tradicional, casal com filhos, era e continua predominante. Acontece que houve aumento no número de casais sem filhos e um aumento significativo no número de famílias estendidas.

De Vos & Palloni (1989) sugerem que os arranjos observados dependem também de outros fatores, além dos econômicos.

Figura 1 - Restrições e configuração observadas na composição da família e dos arranjos domiciliares



Fonte: Reproduzido de De Vos & Palloni, 1989

Como a figura sugere, De Vos & Palloni demonstram outros fatores que podem explicar o surgimento de novos arranjos domiciliares. No que se refere aos fatores demográficos é possível citar a queda na taxa de fecundidade, o aumento da expectativa de vida e conseqüente envelhecimento populacional. Em relação aos fatores culturais destaca-se o atraso das uniões e o menor número de matrimônios. Além disso, outro aspecto cultural importante é a inserção da mulher no mercado de trabalho. Segundo Gabardo *et al* (2008), “a independência financeira da mulher possibilitou a família monoparental feminina, ou assim como o marido, que a mulher fosse provedora da casa, gerando mudanças de papéis familiares.”.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho ocorre primeiro em famílias de renda mais baixa, onde há a necessidade de complementação de renda. O aumento do nível de escolaridade das mulheres também tem papel importante nesse processo. (LEONE *et al*, 2007 e PINHEIRO *et al*, 2009).

Uma característica cultural nesse contexto é o comportamento pós-viuvez. As mulheres apresentam comportamento diferenciado com relação aos homens frente à viuvez, sendo que entre os homens um novo casamento é mais frequente do que entre as mulheres, que recorrem ao suporte moral dos filhos logo que enviúvam. Assim, ou elas vão morar com um dos seus filhos (se não são proprietárias) ou um dos filhos (em geral aquele que não é proprietário) retorna à casa materna. (PEIXOTO & LUZ 2007)

A mudança na composição dos arranjos domiciliares não é exclusividade do Brasil. Estudos recentes mostram que transformações nestes arranjos são globalizadas, uma vez que os fatores que contribuem para estas transformações não são, obviamente, exclusividades brasileiras.

Segundo Arriagada (2007), em seu estudo sobre a América Latina, as famílias nucleares ainda são predominantes, mas estão reduzindo substancialmente. A autora revela, também, a diminuição do número de famílias estendidas e compostas. A queda de fecundidade nos países da América Latina foi, segundo a autora, o principal motivo de redução no tamanho das famílias. Esta queda na fecundidade foi, inicialmente, maior em áreas urbanas e entre mulheres com níveis socioeconômicos e educacionais mais elevados.

Vulnerabilidade dos arranjos domiciliares

A vulnerabilidade dos arranjos também incorpora um grande número de estudos. O que diferencia os estudos, muitas vezes, é o critério utilizado para definir o que é vulnerabilidade. A vulnerabilidade pode ser tratada através da renda *per capita* familiar, da escolaridade do chefe de família, da região geográfica e do tipo de arranjo familiar, entre outros.

Ramos e Lazo (2004) utilizaram o conceito de pobreza como algo equivalente ao conceito de vulnerabilidade. Os autores utilizaram a renda para classificar se um arranjo pode ou não ser considerado vulnerável. Arranjos domiciliares que estão abaixo de certa renda *per capita* são considerados vulneráveis. A definição de quem é o chefe de família e suas características também foi considerada importante pelos autores. Os autores citam Goldani (1985c, p.89), que diz que as características do chefe são utilizadas como “indicadores da situação do conjunto das pessoas, tanto demográficas, como social e econômica” (Goldani, 1985c: 89).

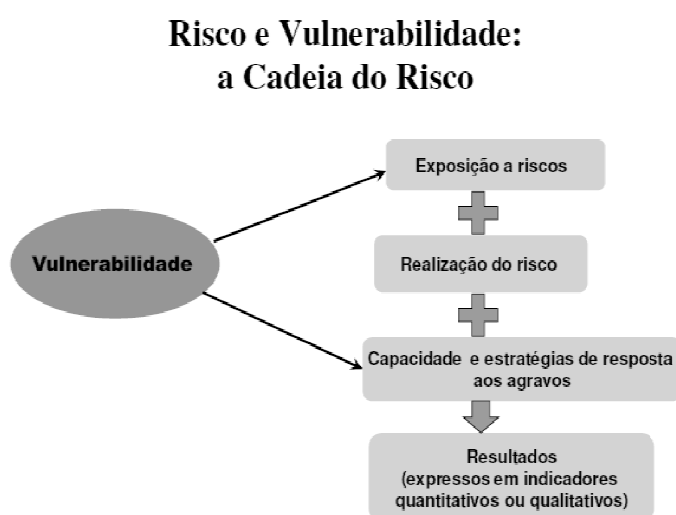
Rivera (2011), em seu estudo, argumenta que é importante dar um enfoque normativo para

definir e medir vulnerabilidade, que é entendida como as condições individuais ou coletivas que limitam sua capacidade de evitar danos em uma situação de risco.

Segundo Wisner, vulnerabilidade está relacionada com "as características de uma pessoa ou grupo e sua situação que influenciam sua capacidade de antecipar, lidar com, resistir e se recuperar do impacto de uma ameaça". Nesta definição há uma distinção entre a vulnerabilidade, que está na dimensão social, e o componente físico da ameaça. (Wisner, 2004: 11)

Nesta mesma direção, Timo argumenta que embora não exista uma definição única de vulnerabilidade, esta tem sido tratada como uma noção de insegurança. Segundo a autora, "a ideia de vulnerabilidade está associada a uma realidade que combina situação iminente de perigo a uma grande probabilidade de este trazer consequências graves aos indivíduos, comunidades, grupos ou famílias". (Timo, 2012: 2).

Figura 2 - Risco e vulnerabilidade: a cadeia do risco



Fonte: Timo, 2012, p. 3

De acordo com Filgueiras, "as pessoas, as famílias e as comunidades são vulneráveis a riscos de diversos tipos, relacionados a situações próprias do ciclo de vida humano ou a condições específicas das famílias e do contexto onde vivem". (Filgueiras, 2004: 28)

"Assim como famílias pobres estão sujeitas aos riscos relacionados à sua condição de pobreza como desnutrição, exclusão social e famílias que vivem em comunidades violentas ou em lugares sujeitos a catástrofes ambientais estão submetidas a riscos referentes ao contexto em que vivem. Todos esses diferentes tipos de risco podem se acumular em uma mesma família." (Timo, p. 4, 2012)

Observa-se, então, que pobreza é diferente de vulnerabilidade mas existe uma ligação entre

um e outro. Famílias que se encontram em situação de pobreza estão mais sujeitas a riscos e possuem uma capacidade menor de responder aos agravos. Uma família pobre está mais sujeita a morar em regiões de insuficiente saneamento, possui menor capacidade de tratar de um membro em caso de doença ou dependência química, está mais sujeita a escassez de alimento e seus conseqüentes problemas, por exemplo. Portanto, associar vulnerabilidade a pobreza é, de certo, inteligente devido a relação existente entre ambos os termos. Este estudo também relaciona o conceito de vulnerabilidade à pobreza, levando em consideração a renda mensal domiciliar *per capita*.

METODOLOGIA

Para avaliar a vulnerabilidade dos arranjos domiciliares brasileiros foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) de 2001 e 2011¹. A PNAD é um levantamento amostral periódico, que se assemelha aos censos demográficos por possuir o indivíduo como unidade de enumeração, mas difere quanto à periodicidade e ao objetivo. A PNAD investiga, anualmente, com exceção dos anos em que são realizados censos, e de forma permanente, características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação e outras, com periodicidade variável, de acordo com as necessidades de informação do país, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar, entre outros temas.

A propensão à pobreza será estudada através da variável dependente observável de status de pobreza do domicílio segundo o nível de rendimento domiciliar *per capita*, já sugerido na literatura (LEONE 2010; RAMOS E LAZO 2004). Serão considerados pobres, os arranjos domiciliares que possuírem rendimento mensal domiciliar *per capita* inferior a R\$272,50, ou seja, meio salário mínimo registrado na data base de 01/03/2011, no valor de R\$ 545,00.

Apesar de a PNAD apresentar variáveis construídas para o tipo de domicílio, nesse estudo optou-se por utilizar a tipologia vastamente utilizada na literatura (LEONE 2010; WAJNMAN 2012). Como na maioria das pesquisas domiciliares, as informações de relação e parentesco são centradas na pessoa de referência, que seria a responsável pelo domicílio. Faz-se necessário tratá-las de maneira a distribuí-las entre os demais membros. Essas relações de parentesco permitem fazer inferências sobre outras possíveis relações dentro do domicílio, que não necessariamente envolvem o responsável por ele. Por exemplo, se alguém no domicílio foi declarado como cônjuge do responsável, pode-se atribuir aos dois a informação de possuir cônjuge convivente, e de que, portanto, existe um casal no domicílio. Caso alguém tenha sido declarado como filho do responsável, e esse responsável tiver cônjuge no domicílio, as informações a serem distribuídas são: o responsável possui filho, o cônjuge possui filho, o filho possui mãe e pai no domicílio. Quanto maior o grau de detalhamento das relações coletadas no domicílio, mais relações podem ser diretamente inferidas para todos no arranjo. O detalhamento existente na PNAD é apresentado a seguir:

¹ Em 2011 foram visitados 146 mil domicílios e entrevistadas 359 mil pessoas.

Quadro 1 - Detalhamento das relações entre os membros, PNAD 2011

Condição na unidade domiciliar	1	Pessoa de referência
	2	Cônjuge do responsável
	3	Filho do responsável
	4	Outro parente do responsável
	5	Agregado
	6	Pensionista
	7	Empregado doméstico
	8	Parente do empregado doméstico

Fonte: Elaboração própria

As categorias de 5 a 8 serão agrupadas simplesmente em “não parentes” dentro do domicílio.

Quadro 2 - Identificação do tipo de domicílio segundo cada tipo de relação encontrada

Tipo de domicílio	Tipo de relação no domicílio			
	Cônjuge do responsável	Filho do responsável	Outro parente	Não parentes
Unipessoal	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente
Casal sem filhos	Presente	Ausente	Ausente	Ausente
Casal com filhos	Presente	Presente	Ausente	Ausente
Monoparental	Ausente	Presente	Ausente	Ausente
Família estendida	Indiferente	Indiferente	Presente	Ausente
Domicílio composto	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Presente

Fonte: Elaboração própria

Como pode ser observado no Quadro 2, um arranjo só precisa da presença de um não parente para ser classificado como domicílio composto, ao mesmo tempo que apenas a presença de um outro parente do responsável é suficiente para categorizá-lo com família estendida. Na verdade, esses dois tipos de arranjos são os menos precisos dentre os apresentados. Entre as famílias estendidas pode ser desde dois irmãos conviventes a arranjos multigeracionais complexos, mas que não podem ser identificados com o nível de detalhamento da PNAD.

O interesse principal é sobre os arranjos monoparentais, principalmente com crianças, assim, as famílias estendidas e compostas serão levadas em consideração, mas as análises não se debruçarão sobre esse tipo de arranjo.

Como variáveis explicativas para a condição de pobreza do domicílio, serão consideradas características socioeconômicas e demográficas do responsável e características espaciais do domicílio, sugeridas pela literatura de vulnerabilidade familiar. O quadro 3 explicita essas variáveis:

Quadro 3 - Variáveis explicativas para a condição de pobreza do domicílio, PNAD 2011

Variável	Tipo da variável
Tipo de arranjo domiciliar	Qualitativa
Grupo de idade responsável	Qualitativa
Raça do responsável	Qualitativa
Anos de estudo do responsável	Quantitativa
Região do domicílio	Qualitativa
Situação censitária do domicílio	Qualitativa
Posição na ocupação/Condição de ocupação	Qualitativa
Existência de alguma mulher economicamente ativa, que não seja a responsável	Qualitativa
Existência de algum beneficiário do sistema de previdência ou pensão do INSS	Qualitativa
Número de moradores	Quantitativa

Fonte: Elaboração própria

Para testar associação entre a variável dependente e as covariadas apresentadas, foram realizados testes bivariados. Para as variáveis explicativas qualitativas, foi aplicado o teste qui-quadrado, ao passo que para as quantitativas, foi estimada a relação através do modelo de regressão logística simples. Foi então estimado um modelo de regressão logística múltipla e serão expostos os coeficientes do modelo e a razão de chances de cada variável. De posse dos valores dos coeficientes, é possível prever as probabilidades de ser ou não um domicílio pobre, incorporando as características do domicílio e do responsável por ele. Foram estimadas probabilidades para categorias de interesse. Serão apresentadas as probabilidades de que um domicílio seja pobre, por tipo de domicílio, idade do responsável pelo domicílio, e para a combinação dessas duas variáveis.

RESULTADOS

Inicialmente, é importante fazer uma demonstração de onde estão localizados os domicílios brasileiros.

Tabela 1 - Distribuição dos domicílios por região geográfica - Brasil – 2011 (continua)

Região	Frequência	Percentual	Esperança de vida ao nascer	
			2000	2010
Norte	4.468.455	7,27	69,50	70,79
Nordeste	16.023.391	26,07	67,20	71,23
Sudeste	26.922.082	43,80	72,00	75,55
Sul	9.318.984	15,16	72,70	75,87
Centro-oeste	4.737.142	7,71	71,80	73,69
Total	61.470.054	100,00		

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da PNAD

Um dos objetivos deste trabalho é descobrir quais são os arranjos domiciliares mais encontrados no Brasil. O referencial teórico mostra que em estudos anteriores foram encontrados resultados que demonstram uma queda no número de famílias tradicionais, do tipo casal com filhos.

Tabela 2 - Distribuição dos domicílios por tipo de arranjo domiciliar - Brasil - 2001 e 2011

Tipo de domicílio	Distribuição dos domicílios			
	2001		2011	
	Frequência	%	Frequência	%
Unipessoal	4.731.243	10,84	7.822.495	12,73
Casal sem filhos	4.847.419	11,10	9.110.860	14,82
Casal com filhos	18.884.995	43,25	24.708.110	40,20
Monoparental	5.967.133	13,67	7.059.570	11,48
Família estendida	8.280.155	18,96	11.528.432	18,75
Domicílio composto	951.958	2,18	1.240.587	2,02
Total	43.662.903	100,00	61.470.054	100

Fonte: Elaboração própria

A Tabela 2 demonstra a quantidade de domicílios encontrados por tipo de domicílios, ou tipos de arranjos domiciliares. Percebe-se que 40,2% dos domicílios existentes possuem como residentes uma família do tipo casal com filhos. Conforme o esperado, segundo a literatura existente (LEONE, 2010; WAJNMAN 2012), o arranjo domiciliar casal com filhos, considerado como tradicional, ainda continua predominante.

Tabela 3 - Distribuição dos domicílios por tipo de arranjo domiciliar, detalhada - Brasil - 2001 e 2011

Tipo de domicílio	2001		2011	
	Frequência	%	Frequência	%
Unipessoal masculino	2.435.029	5,5	3.807.406	6,2
Unipessoal feminino	2.296.214	5,2	4.015.089	6,5
Casal sem filho	4.847.419	11,1	9.110.860	14,8
Casal com filho(s) < de 14 anos	10.756.143	24,6	12.623.471	20,5
Casal com filho(s) > de 14 anos	4.582.843	10,5	7.556.674	12,3
Casal com filho(s) com > e com < de 14	3.546.009	8,1	4.527.965	7,4
Mono fem com filho(s) < de 14 anos	1.263.652	2,8	1.715.833	2,8
Mono fem com filho(s) > de 14 anos	2.109.595	4,8	3.584.967	5,8
Mono fem com filho(s) com > e < de 14	698.969	1,6	913.494	1,5
Família estendida	8.280.155	18,9	11.528.432	18,8
Família composta	951.958	2,1	1.240.587	2,0
Outros	1.894.917	4,3	845.276	1,4
Total	43.662.903	100,0	61.470.054	100,0

Fonte: Elaboração Própria

Observando a tabela 3 percebe-se que em 2001 o número de famílias do tipo casal com filhos

correspondia a 43,25% do total. Em 2011 esse número foi 40,2%. Em contrapartida, a proporção de famílias do tipo casal sem filhos aumentou mais de 3%. A decisão de não ter filhos, por parte dos casais, pode ser explicada pelo risco e pelo custo de oportunidade que um filho traz. Um filho demanda muito tempo e recurso financeiro e, além disso, sempre existirá a preocupação com drogas, rendimento escolar, violência, entre outros riscos. (BECKER, 2001).

Observa-se que houve uma queda, também, na proporção de famílias do tipo monoparentais. Em 2001 a porcentagem de famílias do tipo monoparental era de 13,67%. Em 2011 este número recuou para 11,48%. Uma possível explicação para a queda neste tipo de arranjo é que a mãe solteira pode recorrer a outros parentes para contornar obstáculos como tempo, renda, entre outros, e transformar um arranjo monoparental em famílias estendidas ou compostas.

Tabela 4 - Renda mensal domiciliar *per capita*, média e mediana, por tipo de arranjo domiciliar - Brasil - 2011

Tipo de domicílio	RMDPC	
	Média	Mediana
Unipessoal masculino	1.562,65	800,00
Unipessoal feminino	1.473,96	750,00
Casal sem filho	1.269,30	750,00
Casal com filho(s) com menos de 14 anos	591,12	333,00
Casal com filho(s) com mais de 14 anos	1.007,70	650,00
Casal com filho(s) com mais e com menos de 14 anos	506,50	313,00
Monoparental feminino com filho(s) com menos de 14 anos	361,48	212,00
Monoparental feminino com filho(s) com mais de 14 anos	897,65	600,00
Monoparental feminino com filho(s) com mais e com menos de 14 anos	332,77	233,00
Família estendida	589,87	400,00
Família composta	925,98	500,00
Outros	872,68	516,00
Total	753,89	448,00

Fonte: Elaboração própria

Nota-se que as maiores rendas mensais domiciliares *per capita* médias são as dos domicílios do tipo unipessoal e casal sem filhos. Entre os domicílios unipessoais existe uma diferença na renda média entre feminino (R\$ 1.473,96) e masculino (R\$ 1.562,65).

Tabela 5 - Distribuição dos domicílios entre pobres e não pobres - Brasil – 2011 (continua)

Distribuição dos pobres	Domicílios	
	Frequência	Percentual
Não pobre	44.900.519	73,04
Pobre	13.459.356	21,9
	3.110.179	5,06

Dado faltante

Total	61.470.054	100,00
--------------	-------------------	---------------

Fonte: Elaboração própria

Os domicílios foram divididos também entre pobres e não pobres (Tabela 5). A definição de pobre foi baseada na renda, de acordo com a recomendação da Secretaria de Assuntos Estratégicos do governo federal. De acordo com esta, pobres são aqueles que vivem com renda mensal domiciliar *per capita* inferior a meio salário mínimo. O ano de referência é 2011, neste ano o salário mínimo foi de R\$ 545,00.

A Tabela 6 apresenta o resultado da regressão logística que leva em consideração todos os dados supracitados. A variável explicada é qualitativa. Ela mostra a probabilidade do domicílio ser pobre ou não dadas as suas características.

Tabela 6 - Resultado da regressão logística (continua)

	Coefficiente	Erro padrão	P	Razão de chances
Tipo de arranjo				
Casal sem filhos	omitida			
Unipessoal masculino	-0,6347	0,0602	***	0,5301
Unipessoal feminino	-0,2863	0,0623	***	0,7510
Casal com pelo menos um filho com menos de 14 anos	0,7860	0,0398	***	2,1946
Casal com filho(s) com mais de 14 anos	-0,2955	0,0471	***	0,7441
Mono. fem. com pelo menos um filho <14 anos	1,6055	0,0513	***	4,9802
Mono. Fem. com filho(s) com mais de 14 anos	0,2494	0,0527	***	1,2833
Família estendida	0,3260	0,0428	***	1,3854
Família composta	-0,0424	0,0781	0,588	0,9585
Outros	0,4555	0,0828	***	1,5770
Grupo etário do responsável				
Até 20	omitida			
20 a 29	-0,0629	0,0998	0,529	0,9391
30 a 39	-0,3567	0,0990	***	0,7000
40 a 49	-0,6174	0,0991	***	0,5394
50 a 59	-0,6668	0,0999	***	0,5133
60 a 69	-1,0547	0,1034	***	0,3483
70 +	-1,5134	0,1067	***	0,2202
Raça do responsável				
Branços	omitida			
Não brancos	0,2299	0,0210	***	1,2585

Fonte: elaborado a partir dos dados da PNAD 2011 – IBGE.

Tabela 6 - Resultado da regressão logística (conclusão)

	Coeficiente	Erro padrão	P	Razão de chances
Anos de estudo do responsável	-0,1441	0,0025	***	0,8658
Condição de ocupação do responsável				
Não economicamente ativa	omitida			
Empregado com carteira de trabalho assinada	-1,8168	0,0324	***	0,1625
Militar	-3,1973	0,4299	***	0,0409
Funcionário público estatutário	-2,2492	0,0616	***	0,1055
Outro empregado sem carteira de trabalho assinada	-1,1547	0,0370	***	0,3152
Trabalhador doméstico c/ carteira de trabalho assinada	-1,7475	0,0817	***	0,1742
Trabalhador doméstico s/ carteira de trabalho assinada	-0,9380	0,0525	***	0,3914
Conta própria	-1,2620	0,0314	***	0,2831
Empregador	-3,0532	0,1001	***	0,0472
Trabalhador na produção para o próprio consumo	0,3340	0,0617	***	1,3965
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,3480	0,2834	0,219	1,4163
Não remunerado	-0,2212	0,1634	0,176	0,8016
Mulher EA				
Não há no domicílio	omitida			
Há no domicílio	-1,0566	0,0216	***	0,3476
Beneficiário INSS				
Não há no domicílio	omitida			
Há no domicílio	-1,9043	0,0334	***	0,1489
Número de moradores	0,4407	0,0086	***	1,5538
Região				
Norte	omitida			
Nordeste	0,5170	0,0276	***	1,6769
Sudeste	-0,5151	0,0306	***	0,5975
Sul	-0,7725	0,0375	***	0,4618
Centro-oeste	-0,6789	0,0385	***	0,5072
Situação censitária				
Rural	omitida			
Urbano	-0,8171	0,0263	***	0,4417
Constante	0,9969	0,1076	***	2,7100

Fonte: elaborado a partir dos dados da PNAD 2011 – IBGE.

O arranjo cujo responsável pelo domicílio é não branco possui 25% a mais de chance de ser pobre quando comparado a um domicílio com responsável branco. Ainda existe diferença entre os rendimentos de negros e brancos.

Os arranjos domiciliares situados no nordeste são os que possuem maior chance de serem pobres. Além disso, domicílios que estão situados em zona urbana possuem 56% menos chance de serem pobres quando comparados aos situados em zona rural.

A importância da mulher na condição econômica da família demonstrou-se grande. Nos arranjos domiciliares que possuem mulher economicamente ativa a chance de ser pobre é

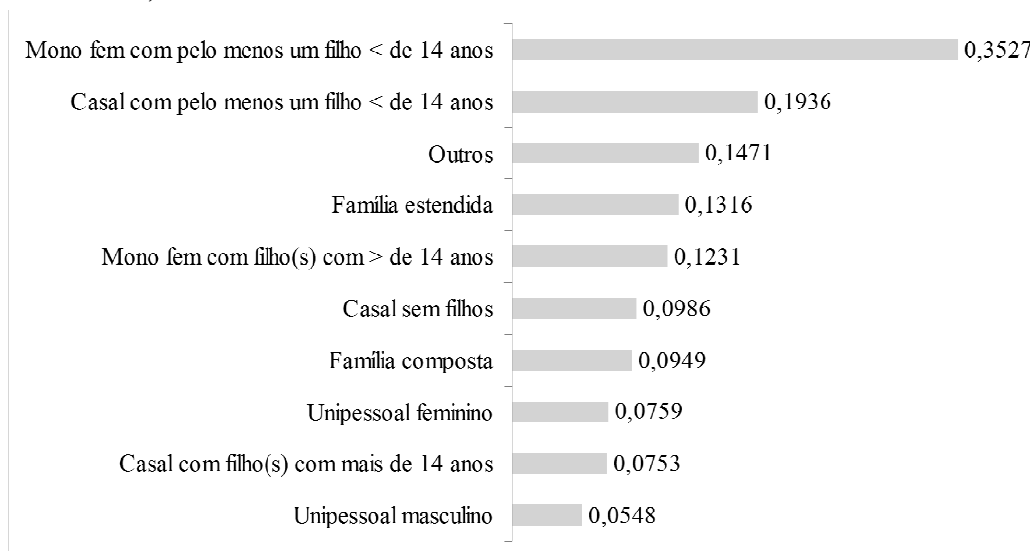
70% menor quando comparados aos arranjos que não a possuem

Os domicílios que possuem beneficiários de INSS possuem menor probabilidade de serem pobres. Uma hipótese possível é o aumento da renda nestes domicílios uma vez que aposentados e pensionistas passam a ser fonte importante de renda familiar. (BALLINI E OLIVEIRA, 2008 E HOFFMAN, 2009).

O casal sem filhos foi o escolhido para ser a referência, dentro da variável tipo de arranjo, por ser o casal que pode estar melhor. São duas pessoas que podem trabalhar e não ter despesa com filhos. O arranjo monoparental feminino com pelo menos um filho menor de 14 anos é o que tem maior probabilidade de ser pobre (Gráfico 2). Este tipo de arranjo possui cinco vezes mais chance de ser pobre quando comparado à categoria de referência. O arranjo monoparental possui, muitas vezes, apenas a renda do chefe. Isto pode ser considerado uma vulnerabilidade já que qualquer problema que venha a acontecer com o chefe pode ocasionar uma queda abrupta da renda desta família. Os arranjos do tipo unipessoal possuem baixa probabilidade de serem pobres

A probabilidade de um casal sem filhos ser pobre é menor quando comparada com a probabilidade do casal com filho(s) menor de 14 anos. Entretanto, o casal sem filhos possui maior probabilidade de ser pobre que um casal com filho(s) maior de 14 anos. Uma hipótese é a de que o filho com mais de 14 anos pode estar contribuindo com a renda domiciliar. Outra hipótese é de que um casal com filho(s) maior de 14 anos pode ser um casal mais velho, e à medida que a idade do responsável pelo domicílio aumenta a probabilidade do domicílio ser pobre diminui.

Gráfico 2 - Probabilidade predita de que o domicílio seja pobre, por tipo de arranjo domiciliar, considerando as características médias na amostra - Brasil - 2011



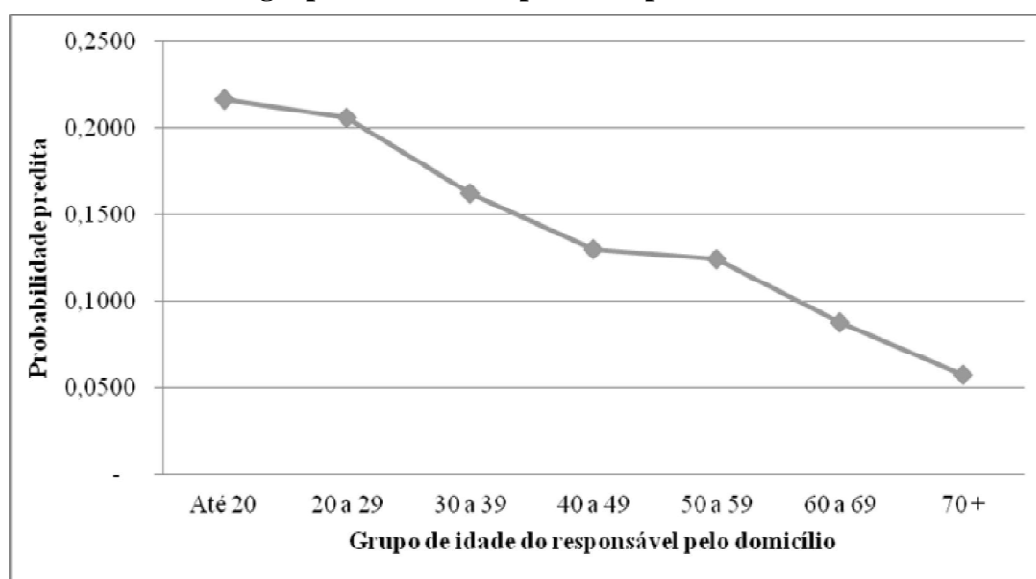
Fonte: Elaboração própria

Um resultado interessante é que à medida que a idade do responsável pelo domicílio aumenta, a chance desse domicílio ser pobre diminui (Gráfico 3).. Este resultado pode estar relacionado ao ciclo de vida. À medida que a idade aumenta maior é a experiência profissional e existe a hipótese de maior remuneração ao longo dos anos. Os idosos conseguem manter um nível de renda próximo ao pico observado na meia idade. Apesar

da renda do trabalho diminuir a partir de certo ponto, a conservação da renda deve-se, principalmente, a atuação do Estado como provedor de benefícios. Os idosos brasileiros não são educados para atuar de forma a manter esta renda, constituindo poupança e investindo na acumulação de ativos, como pressupõe a teoria do ciclo de vida de Franco Modigliani. Essa insuficiência de atuação privada é compensada pela atuação do poder público (NERI, 2007).

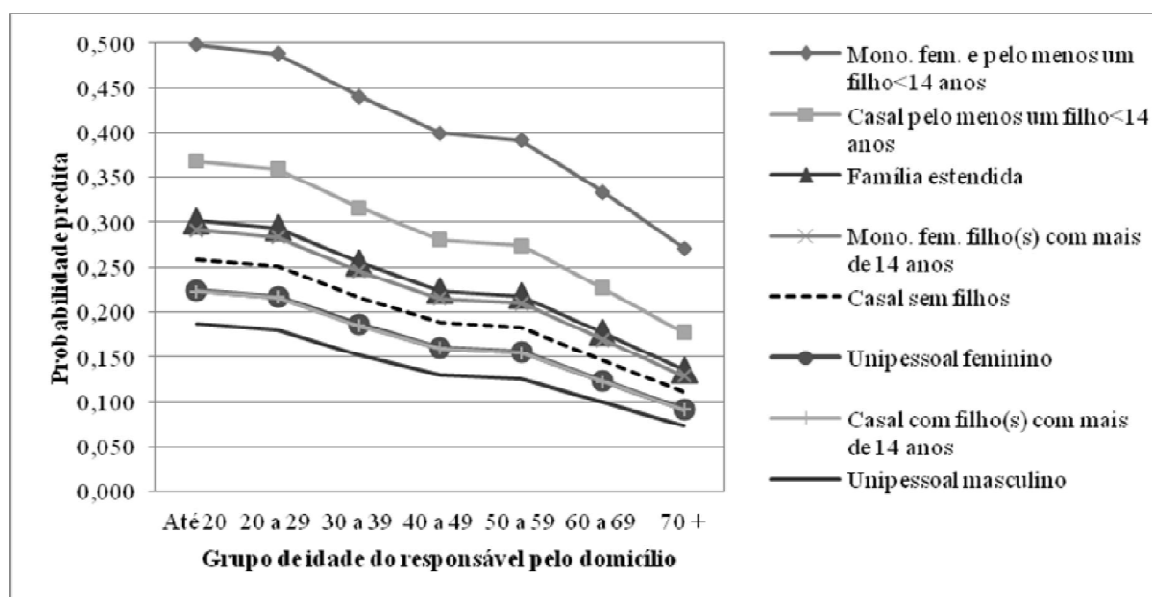
Em síntese, o resultado das análises mostrou uma concentração dos domicílios brasileiros em áreas urbanas das regiões sudeste e norte. Ademais, mostra a redução no tamanho médio das famílias brasileiras devido, principalmente, à queda na fecundidade no decorrer dos anos (2,29 em 2000 e 1,78 em 2011). O aumento na proporção de famílias do tipo unipessoal e casal sem filhos e a queda na proporção de casal com filhos mostra, ainda que de forma discreta, uma nova realidade das famílias brasileiras. O resultado da regressão logística mostrou a importância da mulher economicamente ativa na situação financeira da família, tornando-a menos propensa a pobreza. Além disso, mostrou que domicílios situados em áreas urbanas, domicílios com responsáveis do sexo masculino e branco e domicílios com beneficiários do INSS possuem menor probabilidade de ser pobre. O arranjo monoparental feminino com filho(s) menores de 14 anos é o mais propenso a ser pobre, independente do grupo etário do responsável, o que pode explicar a queda na proporção de domicílios com este tipo de configuração.

Gráfico 3 - Probabilidade predita de que o domicílio seja pobre considerando o grupo etário do responsável pelo domicílio



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 4: Probabilidade predita de que o domicílio seja pobre, por tipo de arranjo, considerando o grupo etário do responsável pelo domicílio.



Fonte: Elaboração própria.

CONCLUSÃO

Ao longo dos anos a composição dos arranjos domiciliares alterou-se de forma significativa e retém cada vez mais atenção na compreensão de suas implicações e desafios. É nesse cenário que a vulnerabilidade e a peculiaridade desses arranjos domiciliares estão ganhando espaço. O debate sobre os arranjos domiciliares e suas vulnerabilidades aqui alçado é um tipo de análise cada vez mais útil para se entender como as famílias se organizam em termos de arranjo e quais as implicações de cada uma das formas de organização.

Em síntese, os resultados refletem as mudanças ocorridas na estrutura das famílias nas últimas décadas. As famílias estão menores, o que se comprova com o aumento dos domicílios sem filhos e unipessoais e com a queda no número médio de moradores dos domicílios.

O presente trabalho preenche lacunas existentes em relação à vulnerabilidade dos arranjos. As políticas públicas são tomadas, muitas vezes, observando-se apenas a situação econômica vigente das famílias. O estudo demonstra que existem vulnerabilidades implícitas de acordo com as características do responsável pelo domicílio e a configuração do domicílio. É preciso considerar estas vulnerabilidades na construção de políticas públicas eficientes. Observam-se, neste estudo, traços ainda fortemente existentes de um componente discriminatório. O responsável não branco ainda possui maior chance de ser pobre. A característica machista que torna a mulher mais propensa à pobreza e a dificuldade do nordeste em relação às outras regiões. Um domicílio no nordeste, com responsável não branco e do sexo feminino, o que não é raridade no Brasil, já incorpora, apenas por ser dessa forma, uma probabilidade alta de ser pobre.

O presente estudo abre caminho para que futuras pesquisas avaliem a eficiência das

políticas públicas vigentes e se estas estão voltadas para os domicílios mais vulneráveis. Além disso, fornece alguns dados e informações que podem ser pertinentes para futuras pesquisas e que podem ser utilizados por gestores para a elaboração de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- ARRIAGADA, I. “Transformaciones familiares y políticas de bienestar en América Latina”. In: ARRIAGADA, Irma (Org.). *Familias y políticas públicas en América Latina: Una historia de desencuentros*. CEPAL, Santiago de Chile, 2007.
- BECKER, G. S. (1991). “*A Treatise on the Family*” (Enlarged Edition ed.). Cambridge, MA, USA: Harvard University Press.
- BALLINI, Rosangela; OLIVEIRA, Mariano Marcelli. “Impacto do rendimento da aposentadoria sobre a redução da pobreza e da desigualdade no Brasil”. In: Anais do XVI Congresso Interno da UNICAMP. Campinas: 2008.
- CARVALHO, Angelita Alves de. “Padrão de consumo de arranjos familiares e das pessoas sozinhas no Brasil: uma análise por gênero e estratos econômicos” / Angelita Alves de Carvalho. – Rio de Janeiro : 2010.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; ALMEIDA, Paulo Henrique de. “Família e proteção social.” *São Paulo em perspectiva*, v. 17, n. 2, p. 109-122, 2003.
- DE SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho. “A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina.” Serviço Ed., 2000.
- DE VOS, Susan; PALLONI, Alberto. “Formal models and methods for the analysis of kinship and household organization”. *Population Index*, p. 174-198, 1989.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. “Família e Casamento”. In: Anais do III Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Vitória: ABEP. v. 1, 1982, p. 31-50.
- FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. “Exclusão, risco e vulnerabilidade: desafios para a política social.” CARNEIRO, CBL; COSTA, BLD. *Gestão Social: O Que Há de Novo*, p. 25-34, 2004.
- FONSECA, Claudia. “Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica”. *Saúde e sociedade*, v. 14, n. 2, p. 50-59, 2005.
- GABARDO, Roseclér Machado; JUNGES, José Roque; SELLI, Lucilda. “Arranjos familiares e implicações à saúde na visão dos profissionais do Programa Saúde da Família”. *Rev. Saúde Pública*, v. 43, n. 1, p. 91-97, 2009.
- GOLDANI, A. M. e VERDUGO LAZO, A. (2004), “Brasil: Desafios de Políticas para Famílias”. Trabalho apresentado no seminário Cambio de las Familias en el Marco de las

Transformaciones Globales: Necesidad de Políticas Públicas Eficaces, Santiago, Cepal, 28-29 de outubro.

HOFFMANN, Rodolfo. “Desigualdade da distribuição da renda no Brasil: a contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar per capita.” *Economia e Sociedade*, v. 18, n. 1, p. 213-231, 2009.

KRELING, Norma Hermínia. “Maior participação da mulher madura no mercado de trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre”. *Mulher e Trabalho*, v. 5, 2011.

LAVINAS, Lena; NICOLL, Marcelo. “Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco”. *Dados*, v. 49, n. 1, p. 67-97, 2006.

LEONE, Eugenia Troncoso; MAIA, Alexandre Gori; BALTAR, Paulo Eduardo. “Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil.” *Economia e Sociedade*, v. 19, n. 1, p. 59-77, 2010.

MARQUES, Elisabeth Kurtz et al. “Novos arranjos familiares: ampliação da inserção laboral feminina e seus impactos sobre a renda das famílias.” *Mulher e Trabalho*, v. 5, 2011.

MEDEIROS, Marcelo; OSORIO, Rafael. “Arranjos domiciliares e arranjos nucleares no Brasil: classificação e evolução de 1977 a 1998.” Brasília: Ipea, 2001.

MEDEIROS, Marcelo. “A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina.” *Planejamento e políticas públicas*, n. 22, 2009.

MONTALI, Lilia; LOPES, G. ‘Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento.’ *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 21, n. 2, 2004.

MOTTA, Alda Britto da. “Gênero, família e fases do ciclo da vida”. 1998.

NERI, Marcelo Cortes. “Renda, consumo e aposentadoria: evidências, atitudes e percepções”. *Idosos no Brasil: vivência, desafios e expectativas na terceira idade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 91-107, 2007.

OFFE, C. “Reflections on the Welfare State and the Future of Socialism: an interview.” In: OFFE, C., KEANE, J. (eds.). *Contradictions of the Welfare State*. 4. ed. Massachusetts: MIT Press, 1990.

PEIXOTO, Clarice Ehlers; LUZ, Gleice Mattos. “De uma morada à outra: processos de re-coabitação entre as gerações.” *cadernos pagu*, v. 29, p. 172-191, 2007.

PINHEIRO, Luana et al. “Novos arranjos familiares, velhas convenções sociais de gênero: a licença-parental como política pública para lidar com essas tensões.” *Revista Estudos Feministas*, v. 17, n. 3, p. 851-859, 2009.

RAMOS, D.; LAZO, A. ‘A vulnerabilidade econômica das famílias residentes na região metropolitana do Rio de Janeiro no período 1991-2000.’ 2004.

RUIZ RIVERA, Naxhelli. La definición y medición de la vulnerabilidad social. Un enfoque normativo. **Investigaciones geográficas**, n. 77, p. 63-74, 2012

SCHUCH, Patrice. Família no Plural: Considerações Antropológicas sobre Família e Parentesco. In: Anais III Seminário Internacional da Primeira Infância. Porto Alegre: 2005, p.1-18

THERBORN, Göran. *Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000*. Contexto, 2006.

TIMO, Raquel Theresa Reis. “Índice de Vulnerabilidade Familiar”. In: Anais do III Encontro Internacional de Ciências Sociais. Pelotas: 2012

UMA, IBGE “Síntese de Indicadores Sociais. Análise das Condições de Vida da População Brasileira, 2010”. Rio de Janeiro, 2008.

UNITED NATIONS. DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses. UN, 1998.

WAJNMAN, Simone; TURRA, Cassio M.; AGOSTINHO, Cintia S. “Estrutura domiciliar e distribuição da renda familiar no Brasil.” *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente*, v. 1, p. 423-442, 2006.

WAJNMAN, Simone. “Demografia das Famílias e dos Domicílios Brasileiros.” Tese de concurso professor titular - FACE/UFMG. Belo Horizonte, 2012, 161 p.

WISNER, B., P. BLAIKIE, T. Cannon and I. Davis (2004), *At risk: natural hazards, people's vulnerability and disasters*, (2a ed.), Routledge, Londres.